

Ano XX nº 5788 – 09 abril de 2018

CONTRAF-CUT: Diretoria eleita aprova plano de lutas da categoria



O 5º Congresso Nacional da Contraf-CUT elegeu por unanimidade, na manhã de 07/04, a nova diretoria para a gestão 2018/2022, aprovou ainda, o Plano de Lutas da categoria com base nas reflexões realizadas no Congresso sobre os “Desafios dos trabalhadores em 2018” e “O futuro do trabalho frente aos avanços tecnológicos”, para construir um Plano de Lutas que contribua com a construção do “Brasil que queremos” e com o “Projeto organizativo do ramo”.

Um dos desafios a serem superados em 2018 é a manutenção dos direitos previstos nas atuais Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) dos bancários e dos financeiros. Será a primeira Campanha Nacional após a aprovação da reforma trabalhista (Lei 13.647/2017).

A Campanha Nacional de 2018 terá como objetivos estratégicos a manutenção da mesa única de negociações; a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, mantendo seu caráter nacional e a integralidade das conquistas da categoria; renovar também os acordos específicos sem perda de conquistas. A campanha deve estar ainda focada na defesa do emprego, dos bancos públicos e do papel social dos bancos, além do fortalecimento da representação da categoria. Outro desafio que deve ser enfrentado desde 2018 é defesa da democracia e da soberania nacional. Os diretores do SindBancários Petrópolis, Carla Leite e Marcos Alvarenga, participaram do Congresso da Contraf-CUT.

Bancários do Rio vão eleger nova diretoria

Começa amanhã, terça-feira, dia 10 de abril e vai até a sexta-feira, 13 de abril, a eleição para a diretoria do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, gestão 2018/2021.

Duas chapas disputam a eleição.

O SindBancários Petrópolis apoia a Chapa 1 - Unir, resistir e avançar, encabeçada pela atual presidenta da entidade, Adriana Nalesso, funcionária do Itaú Unibanco.

O diretor de nossa entidade, Sávio Barcellos, ajudará os companheiros durante o pleito.

Tudo para favorecer os mais ricos

Com certeza você já se perguntou por que paga tanto imposto e mesmo assim sempre falta verba para Saúde, Educação, Segurança Pública e Previdência Social. Será que a corrupção e a ineficácia dos governos são as únicas explicações? Uma das principais causas, que também revela porque o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, é o próprio sistema tributário.

É o que aponta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG, na sigla em inglês), órgão vinculado à ONU. O estudo mostra que o 1% mais rico concentra algo próximo a um quarto (23,2%) de toda a renda nacional. Segundo o estudo, a redução das alíquotas do IR, ocorridas entre os anos 1980 e 1990, explica essa imensa concentração de renda. O Brasil já chegou a cobrar alíquotas de até 60% para rendas mais elevadas. A partir de 1988, as taxas sofreram um movimento de redução até chegar ao teto atual de 27,5%. Isso significa que essa alíquota é cobrada tanto para quem ganha R\$ 5 mil quanto para quem ganha R\$ 500 mil por mês.

A diminuição do número de alíquotas se deu justamente quando o país avançava na construção de sua rede de proteção social, como determina a Constituição Federal vigente. A redução de impostos para as camadas mais ricas da sociedade contribui para a falta de verba no financiamento da Saúde, Educação e Previdência Social. Após o golpe, em 2016, o governo Temer, aliado ao Congresso Nacional dominado por empresários e ruralistas, promulgou Emenda Constitucional 95, que congela investimentos em Saúde e Educação por 20 anos. E não à toa, atualmente paira a enorme pressão para o corte de gastos com aposentadorias e pensões por meio de uma reforma que pode acabar com a Previdência Pública.